

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

RODRIGO HOMEM CARDOSO

A ESSÊNCIA DO TRABALHO EM GYORGY LUKÁCS E ÁLVARO VIEIRA PINTO

CRICIÚMA

2018

RODRIGO HOMEM CARDOSO

A ESSÊNCIA DO TRABALHO EM GYORGY LUKÁCS E ÁLVARO VIEIRA PINTO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Dr. Rafael Rodrigo Mueller

CRICIÚMA

2018

RODRIGO HOMEM CARDOSO

A ESSÊNCIA DO TRABALHO EM GYORGY LUKÁCS E ÁLVARO VIEIRA PINTO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Trabalho e Ontologia

Criciúma, 05 de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Rafael Rodrigo Mueller - Doutor - (UNESC) - Orientador

Prof. Vidalcir Ortigara - Doutor - (UNESC)

André Scholl de Almeida - Mestrando - (UNESC)

À Eduarda, minha serena companheira.

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles de alguma forma envolvidos neste trabalho, e que fizeram parte desse primeiro passo, a graduação. Um agradecimento mais que especial a minha linda companheira Eduarda, pelo seu incondicional apoio e pelas inúmeras noites sozinha enquanto eu estava estudando. Um agradecimento especial ao André, amigo e colega de longa data, pelas longas discussões e pelo imenso auxílio. Um agradecimento especial à Laís, uma grande amiga e colega, exemplo de força e pragmatismo. Um agradecimento especial ao professor Rafael, por toda sabedoria compartilhada e pela confiança em meu trabalho. Um último agradecimento ao professor Vidalcir Ortigara, que aceitou de bom grado compor a banca desta monografia.

“Os fatos são os fatos, como se costuma dizer, mas a apuração, apresentação e interpretação deles exigem conceitos que são resultados da abstração praticada pela consciência, a qual é sempre a consciência de alguém que pertence a este ou aquele grupo social, está marcada por tais interesses, e portanto inevitavelmente sujeita a um condicionamento interno que configura as suas finalidades. Por esta razão a ciência econômica torna-se uma parte da ideologia social, parte dotada de poderoso influxo de comando político”

Álvaro Vieira Pinto

RESUMO

O objetivo desta pesquisa partiu de dois motivos conectados, primeiramente poder discutir a *ontologia do trabalho*, por nós delimitada para investigação na *essência do trabalho*, tema de nossa pesquisa, tratando sobre os *elementos do processo de trabalho*, e em segundo, fazer um estudo comparativo das obras de dois autores, de diferentes locais e de uma mesma época, Gyorgy Lukács e Álvaro Vieira Pinto, que pudesse demonstrar a possibilidade de haver similaridades no conteúdo das obras destes autores referentes ao tema da presente pesquisa. Foi possível neste trabalho constatar as distinções e similaridades no trabalho dos autores no que se refere ao tema presente, enquanto pudemos dissertar de forma relativamente abrangente sobre os fenômenos que dizem respeito ao trabalho em sua forma mais essencial.

Palavras-chave: Economia. Trabalho. Ontologia. Homem. Sociedade. Natureza.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A ESSÊNCIA DO TRABALHO EM GYORGY LUKÁCS.....	20
2.1 Homem e Natureza.....	20
2.2 Atividade Consciente.....	23
2.3 Pôr Teleológico	25
2.4 Reprodução Social.....	29
3 A ESSÊNCIA DO TRABALHO EM ÁLVARO VIEIRA PINTO.....	33
3.1 Homem e Natureza.....	33
3.2 Atividade Consciente.....	35
3.3 Realização Projetada	37
3.4 Produção Social.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

A estrutura das concepções de mundo que constituem a forma como nós humanos pensamos até hoje é inegavelmente determinada pelas ideias construídas e desconstruídas ao longo da história humana, a ideia que os homens tem de si mesmos e do mundo determinam sua práxis ao orientar seus atos no presente, relacionados a uma causa futura, como resultado de suas vontades, sejam elas individuais ou socialmente acordadas. Estas concepções de mundo estão presentes nas investigações de ordem econômica, onde definem-se por exemplo, a riqueza, o trabalho e a sociedade em função das necessidades “práticas” de instrumentalizar a relação dos homens com fenômenos de sua existência. Contudo, os homens não garantem sua sobrevivência concebendo o mundo de forma especulativa, pelo contrário, as condições materiais de existência precisam ser necessariamente criadas por conta de necessidades biológicas, deste modo, o provimento destas condições indispensáveis à sobrevivência é produzida através de uma particular relação do homem com a natureza, o trabalho.

Na história do homem vigoraram com predominância duas formas de pensar sobre o que seria o trabalho, em primeiro lugar, as concepções teológicas tinham o objetivo de justificar o “trabalho como castigo divino, como condenação infligida ao homem”, uma atividade depreciável, com referência etimológica à *Tripalium*¹, e em segundo lugar as “concepções sociológicas dos criadores das teorias capitalistas e imperialistas”, nas quais a divisão entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção se apresenta como fato material “resultante de leis imutáveis do desenvolvimento da humanidade” (PINTO, 1962, p. 13-14). Enquanto a teologia apresenta as origens e o destino do ser humano atrelado a condições extra materiais, portanto metafísicas, as teorias sociológicas apologéticas do capital abrem mão de reconhecer a constituição histórica das estruturas sociais e materiais fundadas no trabalho que engendram os fenômenos no presente e, a pretexto de empirismo, pronunciam a permanência do último sistema econômico existente.

Parece necessário entender que as concepções acerca da relação entre o homem e natureza se desdobram em inúmeras bases científicas para a interpretação do mundo e que “o homem jamais é capaz de agir com total

¹ Instrumento utilizado originalmente para açoitar trigo e milho, mas também utilizado para torturar escravos.

conhecimento de todos os elementos de sua práxis”, assim como “o limite entre verdadeiro e falso é fluido, sócio-historicamente condicionado, cheio de transições”, portanto é compreensível que determinadas épocas não fornecessem ainda condições históricas, observáveis em fenômenos concretos, para que o ser humano pudesse conhecer sua própria origem, mesmo diante de capacidade cognoscitiva para tal, e isso significa que “noções que se mostram falsas num desenvolvimento mais elevado da práxis social e das ciências podem oferecer por longos períodos uma base [...] que pretensamente funcione bem” (LUKÁCS, 2010, p.37). Durante o escravismo, conceber a atividade penosa do trabalho como atribuição daqueles naturalmente desfavorecidos, seja pela falta de proximidade com o divino na Roma antiga ou na casta de um não-cidadão da pólis na Grécia antiga, o escravismo foi uma maneira prática de organizar a vida social a partir de certas concepções de funcionamento do mundo que proporcionaram à classe escravizadora vantagens objetivas quanto ao modo de sobrevivência e de enriquecimento, concretizando uma desigualdade social historicamente constituída. O que possibilita que este tipo de organização da sociedade, e portanto do trabalho, tenha vigorado e sido mantido até hoje, ponderadas as transformações, é uma concepção idealista da sociedade, onde a riqueza é produzida pelo organizador dos meios de produção, e não pelo trabalho, pois neste caso, o trabalho é somente um dos fatores, pois o poder econômico, militar e político detido possibilita a uma determinada classe orientar e ditar as regras da organização das sociedades fundamentadas neste modo de pensar, e como esta classe dominante comanda a produção, não a realiza, partem da conclusão de que é a ideia que reproduz a vida.

Na busca por uma problematização destas concepções, procuramos entender o trabalho como uma atividade essencial do ser humano, que não significa situá-lo em local de maior “importância” no campo da existência humana, frente a ideia, buscando uma espécie de dignificação moral desta práxis, mas trata-se de compreender de forma adequada que a essência do trabalho significa o *interpor do desenvolvimento do trabalho ao do homem* como forma de ser. Com isso “as definições que omitem o aspecto que revela o homem como criador de si mesmo mediante o trabalho, a produção econômica dos recursos para sua manutenção em vida, são definições metafísicas, confusas, ideais”, carregam claros interesses de classe e “conduzem inevitavelmente a concepções da realidade humana não apenas falsas, mas perniciosas”, pois se seguem “negando a vinculação essencial do

homem ao trabalho produtivo, apresentam-no como desligado do trabalho” (PINTO, 1962, p.8).

A relação peculiar entre homem e natureza situada no trabalho fundamenta a legalidade do mundo dos homens como uma realidade necessária, intrínseca à sua existência, já que é a atividade que possibilita a emergência de uma nova faculdade na história do universo, a passagem da história natural, que pertence a esfera orgânica do ser, para a história social, na qual os homens, em razão de sua autodeterminação, isto é, a possibilidade de criar para si suas próprias condições de existência, desenvolveram a forma mais complexa de intercâmbio orgânico com a natureza. Os animais adaptam-se ao seu ambiente para sobreviver enquanto espécie, adaptando seu corpo à natureza externa. Os homens adaptam o seu ambiente para nele subsistir, e apesar da biologia indicar assertivamente que os seres humanos residem sobre uma base biológica estável do reino animal, a adaptação dos homens ao ambiente ocorre fora do corpo humano, “na história humana, as roupas, ferramentas, armas e tradições tomam o lugar das peles, garras, presas e instintos na busca de alimentos e abrigo” (CHILDE, 1975. p.32). O mundo externo tocado pelo homem torna-se extensão do seu próprio corpo na tentativa de realizar modificações na natureza para si, assim as ferramentas são objetos criados pelo homem para serem utilizados no enfretamento da natureza, estes “meios de trabalho, embora já existam em germe em certas espécies de animais”, são características específicas do processo de trabalho humano, razão pela qual Franklin² define o homem como “*a toolmaking animal*”, um animal que faz ferramentas (MARX, 2017, p.257). Sobretudo, mesmo que hajam similaridades evolutivas entre homens e animais, as modificações causadas por animais na natureza não correspondem a nenhum tipo de trabalho. A casa construída pelo João-de-barro não é resultado de um trabalho. Seria plausível supor que, ao se tratar estritamente de resultados materiais, existissem mais semelhanças do que diferenças entre as formas animais e humanas de agir sobre seu ambiente,

Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (MARX, 2017. p. 255)

² Benjamin Franklin (1706-1790)

Com o descolamento entre o sujeito e o objeto natural, surge a *consciência* em um âmbito distinto da materialidade e que pôde ser contraposta aos reflexos incondicionados da esfera inorgânica constituindo uma objetividade que sofreu influência das mais primitivas formas de agir sobre a natureza, de incipientes modos de trabalho ao captar as imagens da realidade. As representações da realidade são imagens do mundo circundante apreendidas pelos sentidos e armazenadas na cabeça pensante dos seres humanos. Desde os homens primitivos, a consciência ainda muito limitada das propriedades dos objetos naturais já propiciava a apreensão de causalidades do mundo físico em ideias, assim, já era possível refletir sobre certos resultados previamente. O choque entre o coco e a pedra torna-se uma prática porque ao longo de inúmeras exposições a estes objetos, os sujeitos passaram a conhecer as propriedades destes e como eles interagem com as legalidades do mundo físico. A origem do movimento que dá início ao processo de trabalho é a intenção de objetivar resultados previamente escolhidos.

Devemos observar que além das condições materiais de existência que definem a conduta dos indivíduos no processo de trabalho, devemos tratar do âmbito *social* do ser, no qual todos os seres humanos são necessariamente inseridos e determinados. Mesmo o mais racional dos indivíduos, sem as mediações sociais, não pode desenvolver sozinho as habilidades necessárias para reproduzir sua existência, “a criança não precisa acumular experiência ou fazer por si mesma todas as tentativas e erros”, os conhecimentos necessários são ensinados aos filhos através da tradição social, “seus pais e as pessoas mais velhas lhe ensinarão como fabricar e utilizar o equipamento, segundo a experiência acumulada por numerosas gerações” (CHILDE, 1975, p.32). A figura romântica do homem moderno, racional e autossuficiente, que por certa casualidade se vê isolado da sociedade, só pode exercer qualquer atividade em seu bel prazer porque leva consigo a humanidade absorvida durante sua constituição de sujeito no seio de uma sociedade, nada tem ele de original que não seja síntese de antíteses do seu local de formação. Os seres humanos não são capazes de se desenvolver fora do domínio social, são essencialmente sociais; veja-se a linguagem, que surge das necessidades de um estágio primitivo da história do homem, em que a comunicação entre os seres humanos, como resultado de sua natureza *gregária*, pressupõe a significação de objetos para instrumentalizar a relação dos indivíduos com os objetos naturais do mundo físico, e este fenômeno retroage sobre a comunicação refinando-a em um

processo contínuo. As restrições ao desenvolvimento individual fora da sociedade não se devem somente ao limitado tempo de vida para conhecer e agir sobre o mundo, mas sim porque o ser humano se desenvolve conforme aprende sobre o mundo, pois “não herda, ao nascer, um mecanismo de nervos que tenha sido moldado no plasma germinativo da raça e que a predisponha, automática e *instintivamente*, aos movimentos corporais apropriados” que constituam as faculdades e habilidades necessárias para a sobrevivência, dessa maneira “o homem apreende métodos mais eficientes e discriminativos de obter alimento [...] através do preceito e exemplo de seus mais velhos” (CHILDE, 1975. p.32). O progressivo desenvolvimento humano só é possível na esfera social, o acúmulo de conhecimento ocorre pelo compartilhamento de experiências e a sedimentação de sucessivas conclusões assertivas sobre o funcionamento da realidade.

Primeiro há o mundo físico da matéria inorgânica, objeto de investigação da física e da química, e sobre a matéria inerte do mundo físico funda-se uma esfera de maior complexidade, o da matéria orgânica viva, objeto de investigação da biologia. Os humanos são seres fundados sobre uma base biológica estável e se diferenciam do esfera orgânico pela particular forma de subsistir. O longíssimo processo de desenvolvimento de órgãos sensíveis, aliados a capacidade cerebral e motora correspondem a um salto de qualidade da história natural à social, fundando uma nova e mais complexa forma de ser. Na continuidade da peculiar forma humana de, com uma finalidade pensada, pôr em movimento processos transformadores de objetos naturais imediatamente dados em objetos úteis para si está a essência do trabalho. Portanto, como resultado do trabalho, “a produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle”, assim devemos “considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada” (MARX, 2017, p. 255), com isso, o trabalho em sua essência, representa a ação necessária da sociedade sobre a natureza para a reprodução. Deste modo, a busca pela compreensão da origem do ser humano, das condições que dão vazão à existência dos homens, correspondem às investigações de domínio *ontológico*, que buscam interpretar o que há de efêmero e de continuidade nos fenômenos e na essência do processo geral da realidade e buscam ainda reconhecer a origem e o desenvolvimento dos seres, são necessárias para a construção de conceitos concretos da realidade, portanto

O papel da ontologia na história e no presente do pensamento humano é, pois, concretamente determinado pela constituição ontológica do próprio ser do homem, e por isso não é [...] eliminável de nenhum sistema de pensamento, nenhum domínio do pensamento e antes de tudo, naturalmente, de nenhuma filosofia (LUKÁCS, 2010, p. 32).

Se a constituição ontológica do ser do homem determina o pensamento humano, qualquer resultado das ações humanas são resultados determinados por condições ontológicas. Com isso, se entendemos o trabalho como a categoria fundadora do existencial humano, pois todas as outras categorias tomam o trabalho como pressuposto, como a consciência, a cooperação e a divisão do trabalho, reconhecemos impraticável a tentativa de traçar uma reflexão profunda sobre o trabalho que não contemple i) a constituição do ser humano, em sua realidade de “ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza”, que só pode fazê-lo ii) “tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses”, ainda que necessariamente sobre-exista iii) “dentro de um determinado conjunto de relações sociais” (KOSIK, 1976, p.13).

Além da investida para tratar *da essência do trabalho*, como tema de nossa pesquisa, de maneira mais específica analisando os elementos que compõem o processo de trabalho, o objeto de nossa pesquisa traz um desafio igualmente válido ao analisar e contrapor o pensamento de dois autores de profunda compreensão filosófica, econômica e política. A escolha dos autores, Gyorgy Lukács (1885-1971) e Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) foi guiada pela expectativa de possíveis semelhanças no trabalho destes pensadores de distintas nacionalidades, objetos de pesquisa e vivência política, e que praticamente contemporâneos no século XX, podem ter chegado, a partir de cenários gerais muito distintos, neste caso América do Sul e Europa, a conclusões teóricas semelhantes sobre do *trabalho* na reprodução das condições materiais de vida. As obras selecionadas de Gyorgy Lukács são “A Ontologia do Ser Social”, volume I (2012) e II (2013), e ainda os “Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social” (2010), as de Álvaro Vieira Pinto são “O Conceito de Tecnologia”, Volume I (2005), “Ciência e Existência” (1979), “Porque os ricos não fazem greve?” (1962) e “Consciência e Realidade Nacional” volume I (1960). Desvelar o pensamento do húngaro Gyorgy Lukács e do brasileiro Álvaro Vieira Pinto de acordo com o presente tema fazem parte de nosso objetivo neste texto. De início buscaremos a) produzir interpretações que correspondam à delimitações sistemáticas das concepções teóricas dos autores sobre o presente

tema e b) identificar evidências acerca dos níveis de semelhança em termos de resultados teóricos dos autores sobre o presente tema. O método de investigação concentrou-se na pesquisa bibliográfica e os resultados encontrados foram expostos em dois capítulos, separados por autor para uma clara apresentação da articulação das categorias explicativas utilizadas por eles para tratar dos elementos do processo de trabalho. A seleção das obras pesquisadas seguiu o critério de serem obras i) que discutam sobre a essencialidade do trabalho humano, ii) que sejam “obras de maturidade”, partindo da ideia de que estas carregam proximidade com pensamento dos autores, e ainda iii) que a época em que os autores escreveram não tivesse grande disparidade, que fossem resultado de um mesmo período. As obras de Lukács e Vieira Pinto foram escritas em torno das décadas de 1960 e 1970, e como nesta época o fluxo de informações era bastante distinto do século XXI, nos períodos de escrita destas obras de fôlego é difícil considerar que os autores estivessem ocupados com vastos estudos que os levassem um ao outro. Partimos ainda da interpretação de que o materialismo histórico dialético têm nestes dois autores grandes representantes desta corrente de pensamento, o que não significa uma convergência absoluta, considerando ainda que as discussões sobre a filiação teórica de Vieira Pinto ainda estão em voga no Brasil.

Seja na investigação sobre a perspectiva dos autores sobre o presente tema, quanto na comparação entre concepções dos autores, sempre há a dificuldade de interpretação de termos e conceitos filosóficos, incluindo a problemática da tradução de obras estrangeiras, principalmente em teorias fundadas sob determinações categoriais tão robustas como as que referem-se ao terreno das investigações ontológicas, e mesmo que desconsideremos a qualidade e importância histórica das edições utilizadas por nós neste trabalho, e ainda mais, mesmo que as obras estejam sob constante pesquisa e averiguação, entendemos que as obras selecionadas para análise neste trabalho carregam uma coerência interna que podem ser base para uma investigação rigorosa sobre a ontologia do trabalho.

Para tentar alcançar a complexidade do objeto de pesquisa – o conteúdo das obras dos autores – foi necessário também, utilizar a dialética como método de exposição para a) reconstruir teoricamente a relação entre os elementos presentes no processo de trabalho para então b) demonstrar a continuidade da essência do trabalho de acordo com às obras selecionadas; pois se a “exposição é *explicitação da coisa* justamente porque a apresenta no seu desenvolvimento e na sua evolução

interna e necessária” a “dialética [...] é o método do desenvolvimento e da explicação dos fenômenos” (KOSIK, 1976, p. 38-39). Vemos ainda que

A dialética ensina-nos a compreender: primeiro, a natureza contraditória do processo geral da realidade; segundo que, em consequência desta natureza, todas as coisas e fenômenos singulares são apenas momentos desse processo, ou seja, são microprocessos em si mesmas, e portanto transportam, na transitoriedade do seu ser, a contradição essencial que os explica como produtos objetivos e momentâneos do processo total (PINTO, 1979, p.203).

A contraditoriedade do processo geral da realidade corresponde a um devir real, do qual os fenômenos fazem parte como momentos efêmeros, que são negados ao longo do processo, portanto a forma do trabalho pode ser entendida como um condição singular em cada momento histórico definido pelos modos de produzir socialmente, isto é, do sistema econômico vigente. Em nosso presente texto buscamos compreender a essência do trabalho pelo caráter de continuidade da condição necessária para a subsistência humana na sua abrangência a todas as formas de produção, e ainda, como o processo de trabalho desenvolve-se a partir de seus elementos fundados no trabalho. Apesar de buscarmos tratar sobre a essência do trabalho em uma análise concreta, não há aqui pretensão de tratar diretamente sobre os possíveis desdobramentos teóricos e materiais que podem surgir dos efeitos de fenômenos históricos sobre a essência, como as modernas relações de trabalho improdutivo e o individualismo burguês, exemplos de resultados das transformações do mundo fenomênico sobre a essência, redirecionando sua continuidade. Entretanto, como a correta captação dos fenômenos só pode ocorrer pelo desvelar da essência, os fenômenos mais elementares do processo de trabalho podem demonstrar o funcionamento mais essencial do trabalho.

Vemos ainda que a reconstituição teórica do *processo de trabalho* apresenta certos percalços, pois “é certamente difícil manter sempre com coerência esse nível de abstração [...] sem fazer alusão, nas análises singulares, a fatos que já pressupõem circunstâncias mais concretas” (LUKÁCS, 2013, p. 77), e por esse motivo, nossa análise intenta uma exposição progressivamente mais concreta ao tratar do trabalho em cada um dos capítulos de acordo com cada autor. Tomamos assim referência direta ao método de exposição utilizados pelos autores Lukács e Vieira Pinto por estarmos buscando uma exposição similar, em termos de nível abstrativo, da práxis do ser socialmente constituído, ainda que não tenhamos

intenção de esgotar todas as relações possíveis entre essência e forma do trabalho, buscamos a princípio produzir uma interpretação possivelmente rigorosa sobre a relação entre o presente tema e o pensamento daqueles autores.

2 A ESSÊNCIA DO TRABALHO EM GYORGY LUKÁCS

Neste capítulo buscamos realizar uma exposição dos *da essência do trabalho* de maneira predominante na obra do autor húngaro Gyorgy Lukács (1885-1971), “A Ontologia do Ser Social”, volume II (2013), e ainda nas obras “A Ontologia do Ser Social” volume I (2012) e os “Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social” (2010), estas obras formam “*a grande ontologia*” de Lukács, todas escritas na década de 1960 e publicadas no Brasil nas referidas datas.

2.1 Homem e Natureza

“[...] o trabalho exclusivamente no sentido estrito do termo, na sua forma originária, como órgão do metabolismo entre homem e natureza [...]” (2013, p. 78)

Gyorgy Lukács

Para Lukács, o afastamento das barreiras naturais que limitam a reprodução biológica dos homens é resolvido através de uma *relação entre homem e natureza*, o trabalho, que em sua forma originária, pode ser entendido como um metabolismo, de transformações no homem causadas pela natureza e transformações na natureza causadas pelo homem. Observamos que “quanto mais elevado e complexo é o organismo animal, tanto mais tem necessidade de órgãos refinados e diferenciados a fim de manter-se em inter-relação com o seu ambiente, para poder reproduzir-se”, e neste âmbito encontra-se o homem, um ser biologicamente inserido no reino animal, mas que se distingue pela complexidade alcançada na sua relação com a natureza, enquanto “as inter-relações dos organismos primitivos com o seu ambiente desenrolam-se predominantemente sobre a base de legalidades biofísicas e bioquímicas” (LUKÁCS, 2013, p. 62). É característico das “plantas que toda a sua reprodução [...] se realize na base do metabolismo com a natureza inorgânica”, utilizando os minerais retirados da terra, e com isso, “o caminho da evolução maximiza o domínio das categorias específicas da esfera da vida sobre aquelas que baseiam a sua existência e eficácia na esfera inferior do ser”, portanto a esfera

inorgânica é sobreposta por uma esfera superior, mais complexa, a orgânica, e o mesmo ocorre com os animais, pois “é só no reino animal que esse metabolismo passa a realizar-se unicamente, ou ao menos principalmente, na esfera do orgânico”, já que a esfera orgânica, da vida, sobrepõe-se a ela mesma, de animais que se alimentam de plantas e de outros animais, indiretamente relacionados a esfera inorgânica (LUKÁCS, 2013, p. 42). A realidade humana corresponde a uma natureza qualitativamente distinta da esfera da animalidade, pois é através do trabalho que o homem encontra a natureza em busca satisfazer suas necessidades de ser animal, pois “a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência”, satisfazendo as necessidades de alimentação e abrigo, contudo, o desenvolvimento progressivo do trabalho apresenta uma realidade diferente, que “em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade” (LUKÁCS, 2013, p. 43). Desta forma o resultado da atividade humana na transformação da natureza, pelo trabalho, engendra a transformação do trabalho pela forma como são realizados tais feitos, e ainda, a transformação do próprio homem que se adapta para atuar cada vez melhor. Vemos ainda que “essa transformação do sujeito que trabalha – autêntico devir homem do homem – é a consequência ontológica necessária do objetivo ser-propriadamente-assim do trabalho”, a execução do trabalho impele certas capacidades objetivas que devem ser atendidas para obtenção de resultados, desta forma, a continuidade histórica destas condições objetivas relacionadas ao trabalho direcionam o devir humano para a evolução de características essencialmente humanas (LUKÁCS, 2013, p. 79).

Podemos observar que “na natureza inorgânica não existe em geral nenhuma atividade” (LUKÁCS, 2013, p. 93), o movimento da matéria no espaço não tem caráter ativo, o fato que

[...] na natureza orgânica, promove a aparência de tal atividade se baseia, fundamentalmente, em que o processo de reprodução da natureza orgânica produz, nos níveis mais desenvolvidos, interações entre o organismo e o entorno que, à primeira vista, parecem de fato orientadas por uma consciência (LUKÁCS, 2013, p. 93).

O metabolismo entre os animais e o seu ambiente tem somente a aparência de ser uma atividade orientada conscientemente, pois “na natureza, a consciência animal jamais vai além de um melhor serviço à existência biológica e à reprodução e

por isso, de um ponto de vista ontológico, é um epifenômeno³ do ser orgânico” (LUKÁCS, 2013, p. 63). O aprofundamento das distinções entre os homens e os animais encontra expressão nas formas de adaptação ao meio, fenômeno presente em toda a esfera orgânica do ser. Vemos que “a adaptação do homem que trabalha não é interiormente estável e estática, como acontece nos demais seres vivos – os quais normalmente reagem sempre da mesma maneira quando o ambiente não muda –”, no homem a adaptação “se desdobra como “adaptação” a circunstâncias, não criadas pela natureza, porém escolhidas, criadas autonomamente” (LUKÁCS, 2013, p. 80). O comportamento animal é condicionado por sua fisiologia, que por sua vez é resultado da evolução biológica desta esfera orgânica de ser. Se a atividade orientada para transformação de objetos naturais correspondente ao trabalho, esta não pode dizer respeito à maneira como os animais resolvem sua reprodução, pois “o gradual desenvolvimento da consciência animal a partir de reações biofísicas e bioquímicas até estímulos e reflexos transmitidos pelos nervos [...] permanece sempre limitado ao quadro da reprodução biológica” (LUKÁCS, 2013, p. 63). Por outro lado, a orientação dos atos humanos na sua relação com a natureza configura uma distinção qualitativa com as formas de reprodução animal, ainda que a existência humana seja biologicamente vinculada a uma base animal. Do aumento da complexidade da esfera inorgânica surge a vida, a esfera orgânica, do aumento da complexidade da esfera orgânica surge o homem, qualitativamente distinto e que tem o poder de sobrepor à natureza sua atividade para transformá-la em seu favor. Contudo, o homem tem de seguir as leis gerais das esferas inferiores nas quais se funda materialmente, “deve pensar seus movimentos expressamente para aquele determinado trabalho, em contínua luta contra aquilo que há nele de meramente instintivo”, e deste modo, se apropria do mundo pela tomada de consciência do seu entorno (LUKÁCS, 2013, p. 80). As atividades promovidas pelo homem que causam transformações na natureza ocorrem a princípio pelo seu caráter ativo, objetivo e consciente.

³ Um epifenômeno pode ser entendido como produto ocasional de causas primárias, como condicionamento fisiológico de certo comportamento.

2.2 Atividade Consciente

Para Lukács, a “superação da animalidade”, fenômeno exclusivamente humano, ocorre por conta do “salto para a humanização no trabalho”, no qual o animal torna-se homem ao atuar objetivamente, ao trabalhar, e deste modo altera o curso da sua relação com a natureza, visto que ao seguir por este caminho torna-se cada vez mais distante do animal, e conforme progride, se humaniza; o segundo fator da superação da animalidade reside “na superação do caráter epifenômico da determinação meramente biológica da consciência”, ao passo que a capacidade de tomar conhecimento da realidade não é definida pela evolução biológica ao modo animal, mas surge a partir da atividade sobre a matéria (LUKÁCS, 2013, p. 73). Estes fatores alcançam “intensificação inexorável, uma tendência à universalidade dominante” com o desenvolvimento do trabalho que fundamenta o salto para uma nova qualidade do ser, e deste modo configuram, por um lado, “constante competição com as formas inferiores do ser das quais surgiram”, e de outro, “que as novas formas do ser” sejam “dominantes de sua própria esfera, desdobrando-se gradualmente” (LUKÁCS, 2013, p. 73).

A atividade realizada pelo homem sobre a natureza na complexa relação que somente este animal pôde alcançar, tem como base inviolável o fenômeno da consciência. Quando o homem desenvolve a capacidade de opor-se ao mundo natural, como um ser distinto, mesmo que ainda tenha rudimentar consciência de si, ocorre a “separação tornada consciente entre sujeito e objeto”, como “um produto necessário do processo de trabalho e ao mesmo tempo base para o modo de existência especificamente humano”, somente esta separação pode possibilitar mesmo a mais primitiva relação do homem com a natureza (LUKÁCS, 2013, p. 65). Entre a necessidade e a satisfação insere-se o trabalho, como relação que provêm da orientação para resolução desta condição, origina-se então “o primeiro impulso para o trabalho”, no qual “se evidencia a sua constituição marcadamente cognitiva”, observamos então que o trabalho “é indubitavelmente uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico”, pois “entre a necessidade e a satisfação imediata” está “introduzido o trabalho como mediação” (LUKÁCS, 2013, p. 78).

Segundo Lukács, é por meio de atos de consciência que “o espelhamento mostra uma separação precisa entre objetos que existem independentemente do

sujeito e sujeitos que figuram objetos”, em um fenômeno de reflexão, de apreensão das imagens do mundo na consciência humana ao conhecê-la com “grau maior ou menor de aproximação” por conta do distanciamento que existe entre o sujeito e o objeto apreendido (LUKÁCS, 2013, p. 65). As condições animais que poderiam ser consideradas na esfera da consciência “nada mais são do que reações biológicas aos fenômenos do entorno importantes para a existência imediata”, e desta maneira não correspondem a uma relação sujeito-objeto, pois os animais fazem parte da natureza, não há distância alguma entre eles e a realidade natural (LUKÁCS, 2013, p. 93). A reflexão que ocorre na mente do sujeito através do *espelhamento* da realidade *distanciada* não corresponde diretamente à realidade, não pode representar a totalidade das propriedades do objetos,

Se para trabalhar fosse necessário um conhecimento mesmo que somente aproximado dessa infinidade intensiva enquanto tal, o trabalho jamais poderia ter surgido nos estágios primitivos da observação da natureza (quando não havia um conhecimento no sentido consciente). (LUKÁCS, 2013, p. 56)

Desde o surgimento do homem que trabalha após o salto ao ser consciente, os homens já subsistiam atuando conscientemente sobre a natureza, assim, a complexificação progressiva da consciência humana ocorre ao afastar-se da animalidade pelo *distanciamento*, deste modo, o caráter primitivo da consciência do homem corresponde à proximidade com a animalidade. Apesar de estar localizado em um momento posterior de nossa análise, é válido citar aqui o essencial papel das capacidades associadas à linguagem, pois a observação continua da realidade leva ao acúmulo de experiências que são significadas, e “o domínio crescente do homem sobre a natureza se expressa diretamente [...] pela quantidade de objetos e relações que ele é capaz de nomear”, isto é, que pode apreendê-los na consciência como conhecimento generalizado sobre as propriedades dos objetos e das relações que irá encontrar em suas atividades (LUKÁCS, 2013, p. 63). O conhecimento da realidade, que nunca é absoluto, aplicado ao trabalho, progride na história dos homens pelas formas de atuar progressivamente mais desenvolvidas, agindo sobre o meio e descobrindo suas possibilidades. É possível perceber que “no ser-em-si da pedra não há nenhuma intenção, e até nem sequer um indicio da possibilidade de ser usada como faca ou como machado”, para conseguir utilizar tal material o homem primitivo precisou conhecer este objeto natural, a pedra “só pode adquirir tal função de ferramenta quando suas propriedades [...] forem adequadas para entrar

numa combinação que torne isso possível”, e além disso precisa conhecer sua “possibilidade de utilização concreta” (LUKÁCS, 2013, p. 54). A escolha dos melhores objetos naturais a serem utilizados é um fenômeno fundamental do ser que tem a capacidade distintiva de tomar consciência do seu entorno e decidir sobre a forma da sua atividade, pois é “mediante a observação e a experiência, isto é, mediante o espelhamento e a sua elaboração na consciência, devem ser reconhecidas certas propriedades da pedra que a tornam adequada ou inadequada para a atividade pretendida” (LUKÁCS, 2013, p. 71). Se a adequação de um objeto natural depende da atividade a ser realizada, a escolha da forma de atuação, dentre as alternativas possíveis, se torna determinante do modelo de realização do trabalho, portanto só a alternativa correta para um determinado resultado “pode efetivar essa transformação da potência em um ente”, de elevá-la da possibilidade para a realidade, só assim “põe em movimento o processo da realização material através do trabalho”, portanto “de um reflexo da realidade à consciência e orientado para a realização” através da intenção de provocar transformações objetivas sobre o mundo (LUKÁCS, 2013, p. 75).

2.3 Pôr Teleológico

Vimos que o trabalho é uma atividade consciente, mas observemos agora sua complexidade crescente, seu caráter de orientação por finalidades, as quais regulam objetivamente a conduta do homem que trabalha, a escolha dos meios de trabalho (ferramentas e etc.) e a forma de realização do processo de trabalho.

Segundo Lukács, “o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos e verificar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível”, disto decorre o necessário “domínio da consciência do homem sobre o seu próprio corpo”, e “uma vez que tais exigências são postas por todo tipo de trabalho”, estas marcarão “as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige, para consigo mesmo, uma relação qualitativamente diferente [...] daquela que corresponde à condição animal” (LUKÁCS, 2013, p. 129). A atividade humana que intenta finalidades tem um caráter de “dever-ser que, no trabalho, age sobre o sujeito,

modificando-o”, portanto de uma objetividade reguladora da sua forma de ser e de agir (LUKÁCS, 2013, p. 104).

O trabalho como realização do por teleológico, é a imposição material de uma intenção que dá movimento a cadeias de reações derivadas das propriedades da realidade natural. Desta forma, “o trabalhador deseja necessariamente o sucesso da sua atividade” (LUKÁCS, 2013, p. 78) e isso só pode ocorrer quando a ação prática e teórica constituem um modelo unitário da práxis do homem, em que os dois atos que constituem o pôr teleológico são, de um lado, “o espelhamento mais exato possível da realidade considerada e, de outro, o correlato pôr daquelas cadeias causais” (LUKÁCS, 2013, p. 64). Desta forma, o caráter cognitivo da práxis humana não limita-se na reflexão da realidade espelhada na consciência, mas subdivide-se em dois momentos, o primeiro no estabelecimento de finalidades, no pôr do fim, e o segundo na escolha dos meios do trabalho, na decisão entre as alternativas práticas que carreguem a possibilidade real de transformar a intencionalidade em realidade, se uma pedra é ou não adequada para um fim, e deste modo, “a alternativa, que também é um ato de consciência, é, pois, a categoria mediadora com cuja ajuda o espelhamento da realidade se torna veículo do pôr de um ente” (LUKÁCS, 2013, p. 73), e com isso, o trabalhador “tanto no pôr do fim quanto na escolha dos seus meios, está permanentemente voltado para capturar o objetivo ser-sem-si de tudo aquilo que se relaciona com o trabalho”, e deste modo deve “comportar-se em relação aos fins e aos seus meios de maneira adequada”, pois aquele ser-em-si compreende o âmbito natural das esferas inferiores do ser, das legalidades do mundo que movimenta-se em suas cadeias causais por si mesmo, de “um sistema de complexos cuja legalidade continua a operar com total indiferença no que diz respeito a todas as aspirações e ideias do homem”, e por consequência, “o pôr do fim e a investigação dos meios nada podem produzir de novo enquanto a realidade natural permanecer o que é em si mesma” (LUKÁCS, 2013, p. 54), é por este motivo que só “o homem que trabalha pode inserir as propriedades da natureza, as leis do seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos”, e como isso só pode ocorrer sob determinação das leis gerais da natureza, a “mudança das categorias naturais só pode consistir no fato de que estas [...] tornam-se postas”, e desta forma, o “caráter de terem sido postas é a mediação da sua subordinação ao pôr teleológico” (LUKÁCS, 2013, p. 55).

O pôr do fim teleológico e os meios para sua realização são aos dois momentos cognitivos do processo de trabalho, jamais independentes, pois a investigação dos meios pode vir a tornar um fim que parecia impossível em um fim possível, e de forma análoga, o pôr de um fim engendra o processo de investigação do meios. Saber que uma certa planta é comestível gera a possibilidade de um novo pôr de fim, de uma nova possibilidade de alimentação, do mesmo modo, a decisão por se alimentar de um determinado fruto leva a reconhecer suas propriedades, seja no acesso a ele ou no consumo. Portanto,

[...] o pôr do fim teleológico e os meios para sua realização, que funcionam de modo causal, jamais se dão, enquanto atos de consciência, independentemente um do outro. Nesse complexo constituído pela execução de um trabalho se reflete e se realiza a complementaridade inseparável entre teleologia e causalidade posta. (LUKÁCS, 2013, p. 94)

Se entendemos, de acordo com Lukács (2013), que a *Teleologia* é o processo histórico de um determinado ser orientado por finalidades, portanto categoria conscientemente posta, e que a *causalidade* é o conjunto das causas e das reações do mundo objetivo, “um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio” (LUKÁCS, 2013, p. 48), o pôr teleológico é então um pôr-em-movimento de fenômenos definidos pela realização objetiva do pôr do fim, utilizando as forças da própria natureza e pondo-as de acordo com o fim, condicionando-as em causalidades postas, portanto “ao mesmo tempo que se realiza um entrelaçamento posto de causalidade e teleologia, tem-se um objeto, um processo etc. unitariamente homogêneo” (LUKÁCS, 2013, p. 55).

Quando o sujeito pretende levar um objeto de um lugar ao seu destino, ele pode levantar com seus braços e carregar o objeto até aquele destino – a existência do destino já é finalidade posta – e ao realizar tal feito, o sujeito pôs em movimento as forças de seu corpo contra uma causalidade, o conjunto de forças da realidade natural, pressão atmosférica, gravidade e etc. que influiu sobre a realização, mas não a impediu. O que caracteriza a causalidade posta é que o sujeito, neste exemplo, subordinou relativamente aquelas forças à sua vontade, portanto pôs em movimento uma causalidade posta, por ele, pois sem sujeito, sua força e seu plano, o destino posto não seria alcançado. Este exemplo demonstra um caso onde a cadeia causal, é enfrentada, podemos perceber ainda que é possível que a causalidade seja deixada em próprio movimento para que realização do fim ocorra, citaríamos então o uso de um declive para o transporte do objeto, assim, os casos

não se diferem quanto ao fato de terem sido usadas as cadeias causais a favor do pôr teleológico. Observamos ainda que

[...] o fim vem (na consciência) antes da sua realização e, no processo que orienta cada passo, cada movimento é guiado pelo pôr do fim (pelo futuro). Sob esse aspecto, o significado da causalidade posta consiste no fato de que os elos causais, as cadeias causais etc. são escolhidos, postos em movimento, abandonados ao seu próprio movimento, para favorecer a realização do fim estabelecido desde o início. (LUKÁCS, 2013, p. 99)

O processo que orienta cada passo guiado pelo fim é o da alternativa, ela pressupõe “a sucessão necessária de passos singulares” (LUKÁCS, 2013, p. 76) em cada momento do processo de trabalho, a decisão entre qualquer das alternativas determina quais meios ou objetos devem ser os utilizados para a realização do fim futuro, e com isso a correção ou a falsidade de “qualquer decisão que se refere a uma alternativa do processo de trabalho, pode exclusivamente ser avaliada a partir do fim, de sua realização” (LUKÁCS, 2013, p. 99). Por vezes, a correta realização do fim pode precisar que as cadeias causais sejam deixadas por si só, em seu próprio movimento, mas de nenhum modo isso nega caráter objetivo da alternativa.

O trabalho, entendido aqui como realização do pôr teleológico, processo pelo qual o homem reproduz sua existência, carrega o caráter já citado do dever-ser, em um metabolismo ininterrupto com a natureza, porém, sem determinação total do movimento do ser-em-si, pois o pôr do fim já carrega a possibilidade mais aproximada de sua realização. Neste metabolismo com a natureza, as modificações do homem sobre ela ultrapassam o caráter epifenômeno de consumo imediato do que está naturalmente disponível, são orientadas pelo espelhamento da realidade, como atos de consciência, que elevam a capacidade humana de pôr teleologicamente um fim posto na mente, decidindo previamente dentre alternativas que transformam a possibilidade em realidade. E de forma inversa, as modificações no homem causadas pela natureza seguem como adaptações à circunstâncias elegidas autonomamente, deste modo, o homem escolhe uma forma de agir e adapta-se a ela, contudo, como quer realizar o fim posto, deve concordar com o ser-em-si da realidade natural. Vimos que “o trabalho realiza materialmente a relação radicalmente nova do metabolismo com a natureza”, relação inexistente nas esferas inferiores do ser, “enquanto as formas mais complexas da práxis social [...] têm como pressuposto insuperável esse metabolismo com a natureza”, pois é “fundamento da reprodução do homem na sociedade”, portanto o trabalho é a via de reprodução humana socialmente constituída (LUKÁCS, 2013, p. 93).

2.4 Reprodução Social

Podemos observar que o homem, “como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural”, entretanto, “com sua autorrealização” ele implica “um afastamento das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 59). Ao afastar as barreiras naturais o homem necessita cada vez menos do que a natureza oferece espontaneamente, pois desenvolve progressivamente a capacidade de produzir para si o que venha a precisar, e aqui reside o caráter de autorrealização, da autofundação, contudo, “só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de póres teleológicos” (LUKÁCS, 2013, p. 52). O trabalho, como “base fundadora de toda sociabilização humana, mesmo da mais primitiva”, passa a destacar “tendencialmente o ser humano da esfera das necessidades biológicas mais puramente espontâneas e de sua satisfação apenas biológica” “tornando determinantes, em seu lugar, os póres teleológicos”, e estes “assumem, segundo sua natureza, de imediato um caráter alternativo, são necessários desde o primeiro instante reguladores sociais que regulamentem as decisões alternativas que estabelecem os conteúdos da teleologia conforme as respectivas necessidades sociais vitais” (LUKÁCS, 2010, p. 42).

Observamos anteriormente que o modelo do trabalho, sua forma de realização, é influenciado, por um lado, pelo pôr dos fins, considerados agora socialmente constituídos, e de outro, pelas limitações impostas pela materialidade do mundo físico, progressivamente reduzidas pelo afastamento das barreiras naturais. Contudo, “se entendemos o trabalho no seu caráter originário”, como produtor de valores de uso, “como forma “eterna”, que se mantém ao longo das mudanças das formações sociais, do metabolismo entre o homem (sociedade) e a natureza”, é possível concluir que “a intenção que determina o caráter da alternativa, embora desencadeada por necessidades sociais, está orientada para a transformação de objetos naturais” (LUKÁCS, 2013, p. 77). Entretanto, no homem primitivo por exemplo, “somente a utilidade imediata em geral constitui o objeto da alternativa”, portanto “apenas aumenta a sua importância enquanto salto da possibilidade à realidade”, acontece que “na medida em que se desenvolve a socialização da

produção, isto é, da economia, as alternativas assumem uma figura cada vez mais diversificada” (LUKÁCS, 2013, p. 74).

Para compreender as relações de trabalho entre os homens dentro da sociedade, temos de observar a *divisão do trabalho* do modelo existente na gênese humana, a cooperação, pensemos “na caça no período paleolítico”, no qual “as dimensões, a força e a periculosidade dos animais a serem caçados tornam necessária a cooperação de um grupo de homens”, com isso o esforço coletivo se faz necessário. Entretanto, como já dissemos anteriormente que o homem deseja o sucesso da sua atividade, agora este dado estende-se ao social, “para essa cooperação funcionar eficazmente, é preciso distribuir os participantes de acordo com funções”, a organização deste nível do processo de trabalho já exige que “os pores teleológicos que aqui se verificam realmente têm um caráter secundário do ponto de vista do trabalho imediato”, como relação direta entre o indivíduo e a natureza, mas “devem ter sido precedidos por um pôr teleológico que determinou o caráter, o papel, a função etc. dos pores singulares, agora concretos e reais, orientados para um objeto natural” (LUKÁCS, 2013, p. 84). O pôr teleológico, pôr dos fins e a sua respectiva realização concreta, torna-se no trabalho coletivo um pôr secundário, e “o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano”, portanto este “já não visa a transformar diretamente um objeto natural”, mas de outro modo, “a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais”, e é por isso que as alternativas dentre “os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens” (LUKÁCS, 2013, p. 84). A partir deste complexo de atuação socialmente formada, coletiva, e neste contexto, cooperativa, devemos compreender outros dois aspectos estruturantes desta realidade do ser social: o espelhamento da realidade socialmente constituído e a comunicação deste pela linguagem. Primeiramente devemos observar que somente “um espelhamento concreto das relações causais pertinentes ao fim do trabalho pode realizar sua transformação absolutamente necessária em relações postas”, pois a apreensão da realidade deve ser adequada ao fim proposto, mas estes atos de consciência não atuam “apenas em direção a um constante controle e aperfeiçoamento dos atos de espelhamento, mas também à sua generalização” (LUKÁCS, 2013, p. 86). Portanto,

Na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, ocorre gradativamente sua – relativa – autonomia, ou seja, a fixação generalizadora de determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um único procedimento, mas, ao contrário, adquirem certa generalização como observações de eventos da natureza em geral. (LUKÁCS, 2013, p. 86)

O espelhamento das propriedades da matéria, de cadeias causais e mesmo das capacidade humanas consolidam-se em observações que serão utilizadas para a reprodução de pores teleológicos progressivamente mais adequados e abrem a possibilidade de novas alternativas de ação, novos pores de fins. Isso ocorre porque determinadas formas de agir podem ser reproduzidas sobre contextos e objetos distintos daqueles onde a investigação dos meios possibilitou o espelhamento, portanto de observações generalizadas. Estas relações entre o espelhamento e a realidade podem indicar como pôde ocorrer o domínio do ser social sobre a natureza, assim, se a interação com a natureza, pelo ser social, fornece conhecimento sobre suas propriedades, e se o ser social subsiste através dessa interação, pela reprodução da vida, é justo dizer que faz parte da natureza humana o progressivo e necessário reconhecimento da realidade, e assim, o segundo aspecto que constitui aquele caráter estrutural da realidade do ser social do qual citamos, a linguagem, “se desenvolverá de modo ininterrupto simultaneamente com o desenvolvimento do trabalho, divisão do trabalho e cooperação, tornando-se cada vez mais rica, maleável, diferenciada etc. para que os novos objetos e as novas relações que forem surgindo possam ser comunicados” (LUKÁCS, 2013, p. 160).

A forma como se constitui o complexo da linguagem parte do “pôr teleológico conscientemente realizado”, que por sua vez “provoca um distanciamento no espelhamento da realidade”, com isso, “com esse distanciamento, nasce a relação “sujeito-objeto” no sentido próprio do termo”, e desta forma, “estes dois momentos implicam simultaneamente surgimento da apreensão conceitual dos fenômenos da realidade e sua expressão adequada através da linguagem” (LUKÁCS, 2013, p. 84). O surgimento da apreensão conceitual dos fenômenos ocorre durante o pôr teleológico, no processo cognitivo de investigação dos meios, e que o distanciamento entre o sujeito e o objeto dá vazão para existência de significações daqueles objetos, estabelecendo um conceito correspondente a ele para que o sujeito possa relacionar-se com ele e possa comunicá-lo, contudo, devemos observar ainda que a expressão de conceitos pressupõe um interlocutor, portanto de um âmbito social. Apesar de expostos em etapas, estes fenômenos correspondem a

um complexo unitário, não ocorrem de forma dividida na realidade. É portanto “só o distanciamento intelectual dos objetos por meio da linguagem é capaz de fazer com que o distanciamento real, que surgiu no trabalho seja comunicável”, como generalizações de determinadas observações dos fenômenos fixadas em conceitos, e por isso “fixado como patrimônio comum de uma sociedade” (LUKÁCS, 2013, p. 128).

Na realidade do ser social, como uma esfera superior de complexidade da realidade, “as categorias especificamente peculiares do novo grau de ser vão assumindo, nos novos complexos, uma supremacia cada vez mais clara em relação aos graus inferiores, os quais, no entanto, continuam fundando materialmente sua existência”, com isso a esfera orgânica e inorgânica são suprimidas pela existência do ser social ao mesmo tempo em que a fundamentam (LUKÁCS, 2013. p. 86). O ser social se reproduz através dos pores teleológicos, desenvolve-se conforme seu devir qualitativamente distinto das esferas inferiores, e notemos que “a reprodução se dá num entorno, cuja base é a natureza, a qual, contudo, é modificada de modo crescente pelo trabalho, pela atividade humana”, transformando a realidade natural com a qual o ser social se relaciona com uma realidade posta pelo trabalho, desse modo, “também a sociedade, na qual o processo de reprodução do homem transcorre realmente, cada vez mais deixa de encontrar as condições de sua reprodução “prontas” na natureza, criando-as ela própria através da práxis social humana” (LUKÁCS, 2013. p. 171), portanto é deste modo que “os valores de uso, os bens, representam uma forma de objetividade social que se distingue das outras categorias da economia”, por ser resultado material da ação humana, sendo “objetivação do metabolismo da sociedade com a natureza e constituindo um dado característico de todas as formações sociais”, portanto de todos os sistemas econômicos, e ainda que os modos fenomênicos se modifiquem continuamente, esta objetividade “não está [...] sujeita a nenhuma mudança histórica” (LUKÁCS, 2013. p. 96).

3 A ESSÊNCIA DO TRABALHO EM ÁLVARO VIEIRA PINTO

Neste capítulo buscamos realizar uma exposição da *essência do trabalho* de forma predominante nas seguintes obras do autor brasileiro Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), “O Conceito de Tecnologia”, Volume 1, escrita em 1973 e publicada em 2005, e “Ciência e Existência” escrita e publicada em 1969⁴, e ainda nas obras “Porque os ricos não fazem greve?” escrita e publicada em 1962, e “Consciência e Realidade Nacional” volume I escrita e publicada em 1960.

3.1 Homem e Natureza

*“A ocorrência de transformações não espontâneas na natureza, mas induzidas pelo homem define o trabalho”
(1979, p.325)*

Álvaro Vieira Pinto

Para Vieira Pinto, os homens são seres capazes de atuar sobre a natureza transformando-a, pois *o trabalho é relação entre homem e natureza*, contudo, “nada criam, nada inventam nem fabricam que não seja expressão das suas necessidades, tendo de resolver as contradições com a realidade” (PINTO, 2005, p. 49). A contradição com a realidade corresponde às necessidades biológicas de reprodução da vida, e “o processo da evolução biológica”, condição vital dos seres vivos, “é o processo de sujeição da matéria inerte pela vida”, portanto, “todo ser vivo em alguma medida domina o meio em que se encontra” (PINTO, 1979, p.23). Compreendermos que, segundo Vieira Pinto, à sobrevivência estão contrapostas condições materiais, enquanto o necessário “*domínio* da natureza, que todo ser vivo tem de exercer sob pena de deixar de existir, [...] é que o ser vivo *conheça o mundo*”, assim a matéria viva capta o mundo e “interioriza-o, apossa-se dele, ainda que com o caráter de manifestações biológicas extremamente rudimentares” (PINTO, 1979, p.23), isto só ocorre pois “a matéria inerte, que apenas é do mundo, pertence a ele e o segue

⁴ A edição utilizada neste trabalho é de 1979.

passivamente nas transformações mecânicas, físicas e químicas que nele têm lugar”, contudo, “a matéria viva, ao contrário, continuando a pertencer ao mundo pela sua realidade fundamental, torna-se capaz, sob certo aspecto [...] de fazer o mundo *ser dela*” (PINTO, 1979, p.23). Enquanto a realidade fundamental corresponde às necessidades biológicas dos seres vivos, o aspecto que torna possível este fenômeno é a transformação de “um ser que apenas é do mundo, [...] em um ser capaz de fazer o mundo *ser dele*” por meio do conhecimento (PINTO, 1979, p.23). Para este nível de exposição da matéria viva Vieira Pinto atribui o *conhecer do mundo* como contraposto à matéria inerte, demonstrando que os animais inferiores podem apenas “conhecer” o mundo de forma bastante limitada, enquanto os humanos são qualitativamente distintos. O domínio sobre a natureza por parte dos seres vivos pode indicar semelhanças entre homens e os demais animais, porém, Vieira Pinto ainda relata que “a forma de relação estabelecida pelo homem com a natureza é única, específica, privativa desse animal” (PINTO, 1962, p. 9), assim acreditamos que a divergência consiste na “diferença entre o animal irracional e o homem no poder possuído por este último de adaptar a natureza a si, enquanto as espécies inferiores sobrevivem pela adaptação ao meio exterior” (PINTO, 2005, p. 57). O homem é capaz de transformar a natureza para si, pois “amplia o domínio sobre a realidade porque adquiriu a mais poderosa das armas, a capacidade de representar o mundo circundante” (PINTO, 2005, p. 64), enquanto as espécies inferiores transformam seu interior biológico para enfrentar as necessidades de alimentação e abrigo.

Para que o homem possa fazer o mundo ser dele, por consequência da capacidade de conhecê-lo, é preciso que o encontro entre homem e natureza tenha caráter objetivo, notamos assim que “pelo trabalho o homem encontra objetivamente a realidade”, e de forma distinta da sobrevivência animal, “constitui um caso especial da ação, mas o que lhe dá especificidade é ser causa modificadora da realidade externa” (PINTO, 1960, p. 59-60). O que há de adaptação do homem sobre o seu meio é a modificação externa ao seu corpo, pelo trabalho, que “não apenas humaniza o ambiente físico para nêle o homem viver melhor; igualmente humaniza o próprio homem”, e ao enfrentar objetivamente a necessidade, encontra condições continuamente menos adversas e “se aperfeiçoa em suas faculdades animais progressivamente diferenciadas” (PINTO, 1979, p.325-326). Deste modo, com uma diferenciação essencial da maneira dos animais irracionais de agir sobre o mundo,

“o surgimento do homem deve-se a um salto qualitativo no curso da evolução biológica”, pois a realidade humana e a forma de resolver sua contradição vital, ao transformar a natureza pelo trabalho, é qualitativamente distinta dos outros animais, e “embora seja impossível assinalar a data desse evento”, deste salto, é possível reconhecê-lo quando “se comparam dois momentos relativamente afastados, pertencentes um ao período da genealogia dos primatas, outro especificamente humano” (PINTO, 2005, p. 75).

3.2 Atividade Consciente

O trabalho é atuação consciente, na qual o homem opera um “processo que não se identifica às ações instintivas, porque tem caráter acumulativo e autogerador”, pois ao desenvolver a capacidade de observar e interiorizar o *ser do mundo*, pode acumular diferentes percepções de inúmeros fenômenos e gerir sua ação com um conhecimento mais rico do seu entorno, distinguindo-se do caso dos animais, visto que “a abelha, o joão-de-barro, o castor constroem colmeias, ninhos e passadiços, mas sem dúvida não pensam, não criam a ideia do que elaboram”, o fazem por um condicionamento interno que está mais próximo dos instintos do que do reconhecimento da realidade externa, e se não fosse assim, “verificaríamos que fariam cada vez melhor os seus produtos, que os aperfeiçoariam, que sua produção se desenvolveria” (PINTO, 1979, p.326). O homem, ao trabalhar, “altera a realidade, donde necessariamente ser obrigado a constituir uma representação dela, a criar a consciência do estado do real sobre o qual incide a sua operação modificadora” (PINTO, 1960, p. 60), pois o caminho da evolução humana perpassa o desenvolvimento de capacidades de tomar na consciência a imagem representativa do mundo, para através delas se relacionar com ele e resolver as necessidades animais impostas pela realidade, e “deste modo, as ideias mediatizam a relação de trabalho, pois de um lado resultam dele, e de outro o impulsionam para formas sempre mais complicadas e produtivas” (PINTO, 1979, p.326).

Este conjunto de fenômenos correspondem ao *processo de trabalho* na forma mais originária, da relação consciente do homem com a natureza. Sem que o homem tenha ideia do mundo, o conheça, não é capaz de agir sobre ele fora de uma esfera de reflexos instintivos, e ao agir continuamente sobre o mundo, mais o

conhece e mais se conhece, pois descobre novas propriedades do mundo físico e inclusive de si mesmo, pois de início, reconhece o funcionamento do mundo sem sua interferência, e logo depois, testemunha no processo de trabalho o resultado material de seus atos, e com isso, ocorre a mudança de sua perspectiva sobre a matéria, e mesmo que mudança seja pouco significativa, a acumulação de noções possibilita às atividades que sejam progressivamente mais complexas.

Ao chegar nesta etapa da reconstituição teórica do desenvolvimento trabalho deparamo-nos com uma das mais usuais denominações para a distinção entre o homem e os animais, a racionalidade. “A razão é um processo histórico porque o homem que a possui é ele próprio um ser histórico no seu desenvolvimento total”, a razão surge como propriedade humana que estrutura o existencial deste ser, pois “é a capacidade perceptiva e reflexiva do homem, em função do grau de complexidade e aperfeiçoamento a que atingiu o seu sistema de relação com mundo”, mas como a capacidade cerebral também carrega limitações para desenvolvimento das funções intelectivas, as condições anatômicas e fisiológicas do corpo humano influem sobre este complexo, pois “a constituição das suas estruturas orgânicas, em particular a dos órgãos nervosos centrais” alinhou-se com “a capacidade de reflexão da realidade” e “cada grau de complexidade dos aparelhos perceptivos e ideativos” possibilita a progressão no processo histórico de *hominização* (PINTO, 1979, p.100). Para o homem, o trabalho é “fator constitutivo da sua natureza, no sentido de que é por intermédio dele que se realiza a humanização progressiva do homem” (PINTO, 1960, p. 60). O progresso evolutivo do ser humano

Trata-se do resultado do novo grau de complexidade atingido pela matéria viva no curso da evolução, em virtude do qual mostra-se agora habilitada a efetuar operações qualitativamente distintas de tudo quanto antes era capaz de fazer, representando assim um salto qualitativo no desenvolvimento biológico. (PINTO, 2005, p. 58)

Ainda que tenhamos consciência da capacidade de diversos animais de conseguir modificar a matéria para produzir abrigo e alimentos, Vieira Pinto demonstra que, o salto de qualidade da esfera animal para o homem ocorreu por conta das capacidades inéditas que o homem desenvolveu. A adaptação biológica, processo que diferencia a matéria viva da matéria inerte, é “passiva nas espécies vivas incapazes de modificar o mundo, para torná-lo favorável a si, mas obrigadas a se modificar a si mesmas para se tornarem favoráveis ao mundo”, já a adaptação

humana tem uma “qualidade ativa, em virtude do aparecimento do projeto, enquanto modo consciente de transformação do mundo”, assim “a adaptação, no animal irracional, constitui o análogo daquilo que no homem será o projeto consciente” (PINTO, 2005, p. 56), entretanto, e no que pode ser referida ao conhecimento do mundo, a distinção mais fundamental entre o animal racional e o irracional é

[..] que o animal se adapta a um mundo cujas propriedades não conhece, pois não faz ideia delas, sendo assim apenas o mecanismo biológico de aproveitamento das eventuais oportunidades propícias, transmitido pela herança cromossômica, que nele se fixará. [...] a natureza o produz, em vez de ser ele que se produz a si mesmo. (PINTO, 2005, p. 56)

O animal irracional constitui “a natureza em si, nunca se realiza em verdadeiro sujeito, pois não tem ao que se opor”, mesmo que esteja submetido a contradições vitais frente a natureza inerte, pois estas necessidades, “quem as resolve não é ele e sim a mesma natureza” (PINTO, 2005, p. 60). Após o salto qualitativo ocorrido no processo evolutivo humano, o homem “já não depende da natureza para encontrar defesa e conservação, mas se apoderou da função de “natureza para si”, que antes competia ao processo biológico em conjunto”, assim a natureza delega ao homem “um sistema nervoso desenvolvido a um ponto tal que lhe permitirá daí por diante resolver por si as contradições entre o indivíduo e o mundo” (PINTO, 2005, p. 60).

3.3 Realização Projetada

A adaptação que jaz no ser humano corresponde ao fato de “adaptar a natureza humana a si” no qual o “sistema nervoso do indivíduo hominizado se mostra capaz de elaborar e sustentar” (PINTO, 2005, p. 57) para levar à prática a racional modificação da natureza, e como “tôda realização concreta implica unidade de pensamento e ação” (PINTO, 1960, p.218), o *trabalho é realização projetada*, uma “ação condicionada à ideia projetada”, em que as intenções de domínio material sobre natureza são direcionadas pelo conhecimento já elaborado que o ser humano obteve da realidade circundante, com isso a ação prática é “movidada pela imagem abstrata e pré-sentida do efeito a criar, como exteriorização e consumação do projeto” (PINTO, 2005, p. 57). O projeto é um fenômeno real, não material e concebido pela capacidade humana de captar na mente as imagens do mundo, em

forma de representações, para engendrar reflexões que possibilitem intentar uma modificação sobre a realidade. Com isso,

[...] pela ação dos homens, a realidade vai se povoando de produtos de fabricação intencional, realizada pelo ser que se tornou projetante. A possibilidade de tal ação depende da capacidade abstrativa, que conduz a criar a imagem reflexa das propriedades dos corpos e fenômenos objetivos, e do poder de ligar uma imagem a outra, dando lugar a uma terceira. (PINTO, 2005, p. 55)

A capacidade abstrativa corresponde à possibilidade de realizar na mente operações que retirem dos objetos suas propriedades reais e os relacione utilizando a manipulação da imagem reflexa, para que então possa dar lugar a uma síntese daquela relação entre duas ou mais imagens. Porém, a síntese “será qualitativamente distinta, pois enquanto as duas primeiras são o reflexo, a cópia mental daquilo efetivamente existente, a imagem com elas constituída é um inexistente, algo que apenas se acha em estado de projeto” (PINTO, 2005, p. 55). Ao conhecer as propriedades de uma pedra e as de um coco, o ser humano projeta em sua mente uma maneira de ter acesso ao interior do fruto, sem que ao projetar na mente nenhum ato mecânico tenha sido realmente realizado no mundo. O estado de projeto significa que as reflexões, as conexões mentais entre os objetos e a intenção de modificação ainda não entraram em contato objetivo com a realidade física, que não foram realizadas, consumadas de forma material. O projeto é manifestação mental de uma intenção de transformação no mundo, mas na intenção não está contida somente a pretensão de agir, e sim de alcançar um resultado esperado, e este resultado consiste na realização concreta, da unicidade entre projeto pensado e ação realizada, pois “o projeto significa o relacionamento da ação a uma finalidade, em vista da qual são preparados e dispostos os meios necessários e convenientes” (PINTO, 2005, p. 59). Mas “se o animal pensante poderá, ou não, dar realização à coisa imaginada, é um resultado que irá depender de numerosos outros fatores” (PINTO, 2005, p. 58), referidos pelas condições adversas à consumação do projeto, sua realização, observando por um lado as condições de compreensão adequada do mundo externo para elaboração do projeto, e por outro, a capacidade físico-motora para execução adequada, pois para “dar início à operação modificadora, o homem encontra a resistência do real”, e para que a realização do projeto possa ocorrer, para “efetuar a transformação intentada”, tem

de atender “às propriedades objetivas das coisas” e agir “com adequação na trama de conexões causais entre os fenômenos”, utilizando em todos os casos as “propriedades dos corpos [...] ou forças naturais, não criadas por ele para efeito de fortalecer o rendimento da ação sobre a natureza” (PINTO, 2005, p. 63), e ainda, destas condições causais decorre a necessidade de que estas ações devem ocorrer segundo a “representação mental que contem a transcrição, em conceitos, daquilo que, fora do pensamento, é a realidade empírica” (PINTO, 1960, p. 62). Compreendemos assim que a elaboração do projeto é resultado de reflexões mentais dos fenômenos reais externos e articulados na mente de acordo com a finalidade proposta, já a realização do projeto é a sua execução prática, onde será demonstrada a assertividade de projeto, e em decorrência disso, “a prática só se constitui em critério de verdade em vista da formulação prévia de finalidades” (PINTO, 1979, p.215). Nenhuma execução de projeto pode ser avaliada como eficaz sem que se tenha como parâmetro um determinado resultado, o fim esperado, assim, a práticas que resultam em falha ou que alcança o objetivo almejado tem caracteres qualitativamente distintos, mas oferecem ao indivíduo de forma análoga a possibilidade de conhecer mais propriedades do entes envolvidos no processo. O homem, que é ser “condicionado fatalmente ao ambiente” e condiciona a realidade para si de acordo com finalidades, tem da “prática bem sucedida” uma perspectiva diversa daquela da matéria viva menos desenvolvida, em um movimento “que parte não de fora pra dentro, do ato para a ideia, da operação para o êxito, mas de dentro pra fora”, em que a “ideia da ação concebida” deve “ser eficaz para a consecutiva constatação dessa eficácia”, (PINTO, 1979, p.215). Ao discorrer sobre a concepção da ideia que é condicionada para um resultado, Vieira Pinto objetiva demonstrar a inversão entre o resultado da ação e a própria ação; a finalidade aparece no projeto mental antes da ação material, portanto define a maneira de atuar, e isso significa que o resultado material que ocorre na realização, após a concepção do projeto, define o modo de agir de forma prévia, portanto “a ideia a que se vai condicionar é um projeto, de origem interna, buscando realizar-se na ação efetiva, na qual se corporifica seu significado” (PINTO, 2005, p. 61).

Apesar de desenvolver a capacidade de sobrepor suas intenções ao mundo, os homens devem obedecer regras impostas pela matéria, pois

“O homem não poderá deixar de operar segundo linhas de ação [...] previamente traçadas nas qualidades dos corpos e nas possibilidades enérgicas oferecidas pelo mundo (PINTO, 2005, p. 65).

O homem pode projetar uma força alavanca para gerar um resultado material que está aquém de seu corpo físico, mas somente o consegue por conta da capacidade de refletir o mundo em sua mente, tornando consciente a realidade circundante e projetando em sua mente um determinado resultado; mas conhecer essa realidade não corresponde a um poder absoluto sobre ela, os homens tem de seguir as leis do mundo físico, e desta forma, “toda ação está obrigada a seguir certos caminhos, reconhecidos úteis no correspondente momento do progresso humano” e que transformam-se ao longo da história através do desenvolvimento de maneiras mais eficientes de trabalhar, de tal modo que a “escolha dos materiais e a forma a eles dada obedecem às finalidades a que os objetos se destinam”, assim, “tal modo de proceder é o que se chamará técnica”⁵ (PINTO, 2005, p. 65). Conforme a “capacidade de reagir ao mundo avança mais e manifesta-se na produção intencional de *instrumentos*”, o poderio humano de ação sobre a natureza progride em larga escala e continua “cronologicamente abrangendo incontáveis milênios, mas filosoficamente significando apenas um segmento mais avançado do processo geral da evolução vital, na direção hominizadora” (PINTO, 1979, p.27).

Ainda que o projeto esteja localizado no órgão cerebral, “o conceito autêntico do “projeto” é o de caráter objetivo”, pois “o homem deseja realmente dar a si um novo modo de ser, mas percebe ser ilusório fazê-lo em pensamento, tendo de conquistá-lo pela modificação impressa à realidade a que pertence” (PINTO, 1979, p.325). Diante da complementariedade entre teoria e práxis, o projeto mental que se fundamenta no conhecimento da realidade material, integra-se à realização material fundamentada na estruturação mental do processo de trabalho, e assim correspondem ao complexo processo de ação humana projetada por finalidades. Deste modo, como práxis, o trabalho é “mediação pela qual o homem resolve a contradição fundamental da sua existência” em virtude de poder fazer o mundo *ser dele*, pela “aquisição da capacidade de construir um mundo para si”, e “se esta capacidade constitui a essência do processo de hominização”, processo de

⁵ Por esse motivo acreditamos que Vieira Pinto toma a tecnologia como conceito substancial para explicar o *progresso humano*; contrário dos sentidos ingênuos que mais fazem da tecnologia um “espírito” neutro, a-histórico e apolítico que paira sobre o mundo e pousa na cabeça de inventores consagrados que mais se assemelham a sacerdotes.

desenvolvimento do *ser* que torna-se humano, “o trabalho constitui o modo em que é levada a cabo” (PINTO, 1979, p.325).

O ser humano, assim como os animais, é ser vivo e “depende da natureza exterior para obter as substâncias de que se nutre, encontrar o espaço onde se move, as condições de ambiente onde se aclima, se protege, e se reproduz”, e “por este aspecto o homem não faz exceção” (PINTO, 1962, p. 9-10), no entanto, enquanto os seres animais sobrevivem do que está ao seu alcance, o homem atua sobre a natureza para subsistir e se desenvolver, assim,

[...] é exatamente esta *atuação* com o fim de *produzir* o que não está imediatamente dado, que configura a *essência do trabalho*. Por isso, só o homem é um ser vivo capaz de trabalhar. Os animais não têm essa capacidade. Deste modo, compreende-se por que motivo o trabalho se encontra na origem da essência humana do homem (PINTO, 1962, p. 9-10).

Deste modo, a essência do trabalho é a continuidade que se mostra em todas as formas de trabalho existentes, que passam pelos processos de tomada de consciência da realidade, elaboração de pensamento abstrato sobre as propriedades dos objetos, criação de projeto de acordo com a finalidade esperada e o comando da atividade que busca objetivar intenções e as realiza. A relação que os animais tem com a natureza é imediata, de consumo do que está disponível, enquanto o trabalho é mediação, é um interposto entre o homem e a natureza na realização do projeto. Por conseguinte, o trabalho está na gênese da essência humana, surge com o homem ao diferenciar-se dos animais, pois “na oposição entre produtor e consumidor está o caráter distintivo do salto qualitativo que gerou o homem, e lhe dá o sentido pelo qual se define, tanto ele quanto seus atos” (PINTO, 2005, p. 61).

3.4 Produção Social

O salto qualitativo “que o animal já então dotado das condições orgânicas exigidas foi capaz de realizar”, fez surgir uma “diferenciação a partir de um tipo antropóide anterior”, para dar vazão à existência de um ser que se desenvolve “ingressando em novo patamar da evolução geral da matéria, o plano social”, visto que “a antropogênese não pode ser explicada exclusivamente em função da

evolução biológica, mas exige a intervenção das leis sociais” (PINTO, 2005, p. 75). O que decorre das relações sociais, da vida coletiva dos homens, é a produção socialmente constituída, pois “no homem, cessou o patrocínio direto da natureza”, isto é, “o animal humano foi dotado do recurso de que necessitaria para resolver por si suas contradições com o meio”, assim, “a fórmula que a natureza encontrou para realizar o tipo qualitativamente superior de animal que será o homem foi investi-lo da função de produtor”, de trabalhador, pois *o trabalho é produção social*, e somente exercendo esta função “o homem se constitui um ser plenamente humano, com a superioridade distintiva que possui” (PINTO, 2005, p. 61).

Vieira Pinto indica dois aspectos necessários para o salto na constituição do homem, o primeiro “foi adquirir a capacidade de projetar”, o segundo “é o de se ter tornado um ser social justamente para poder, por este modo, produzir” (PINTO, 2005, p. 61). O primeiro dos aspectos foi até agora analisado com mais afinco tratando-se de um campo de fenômenos envolvendo o trabalho em processo isolado, tendo como pressupostos os níveis de consciência e objetividade humanas, porém devemos, a partir de agora, buscar a elucidação mais adequada do trabalho em relação ao segundo aspecto, o caráter social dos homens, sem que se negue as declarações anteriormente indicadas, mas reconhecendo seu caráter de abstrações necessárias ao nível de exposição.

A inauguração do novo patamar da história da matéria viva corresponde a um fato inédito e decisivo para a história do homem social, pois “ao contrário do que continuará a acontecer com os animais, que se conservam em relação direta com o mundo material, do qual cada indivíduo retira os alimentos e outros bens de que necessita” em uma existência sem mediações com o meio, “o homem não se relacionará mais diretamente com a natureza, mas sofrerá imediatamente a submissão a suas leis, porém entrará em ligação com ela dialeticamente, isto é, pela interposição da organização social” (PINTO, 2005, p. 75). A submissão humana às leis naturais é imediatamente dada, ele precisa de alimentos e abrigo como todos os animais, mas a sua forma de resolver a contradição vital é mediada pelas relações sociais, no trabalho, para produzir socialmente a subsistência. As mediações das leis sociais “começam a ter vigência quando se instala, para o novo ser, a possibilidade, e logo a seguir, a indispensabilidade do trabalho, que será o principal fator na formação do homem, constituindo a base da cultura e da linguagem” (PINTO, 2005, p. 75).

Observamos que, “se a história natural descreve as formas pelas quais passa o desenvolvimento da espécie, no homem tal história, deixa de ser “natural” para se converter finalmente em social”, já que não se trata de “modificações da estrutura corpórea”, como a adaptação biológica dos animais irracionais, mas pelas “modificações do mundo determinadas pelas intervenções humanas” (PINTO, 2005, p. 64). É possível observar que a história natural refere-se à história da evolução biológica animal dos homens, que lança as bases para sua existência material, contudo, a história dos homens, construída pela sua autodeterminação, é de fato é social. E desta forma,

O homem tem de trabalhar, porque essa é a via que biologicamente o processo de hominização tomou, quando o modo de produção da existência para esse ser revestiu-se do caráter de produção social (PINTO, 2005, p. 414).

Apesar das diferenças apontadas até então entre os humanos e os animais no que tange a sua forma de subsistência, devemos observar ainda que “se os animais irracionais não trabalham não é porque não façam esforços físicos”, pois de fato o fazem para caçar, fugir e se abrigar, “mas porque não praticam em regime de relações sociais a finalidade de produzir o que devem consumir”, e mesmo que estejamos nos referindo a animais inferiores gregários, que subsistem em conjunto, não se trata de trabalho social, e sim de ações instintivas determinadas biologicamente; no homem, em progressivo desenvolvimento de suas atribuições pelo processo de hominização, “o regime de relação direta do indivíduo com objeto de sua necessidade foi substituído pelo sistema da produção consciente, pela interação de todos os semelhantes”, e desta forma “aparece, assim, a cooperação, que, como o nome bem indica, é o trabalho em conjunto” (PINTO, 2005, p. 416-417). Consideremos ainda, que o trabalho em “seu verdadeiro significado de relação permanente do homem, socialmente existente, com o mundo exterior, que deve transformar para nele subsistir” (PINTO, 2005, p. 414) torna a sociedade a mediação entre o homem e o mundo, pois “o indivíduo cria a própria consciência no âmbito de uma consciência social que o envolve, o antecede, o condiciona” (PINTO, 1979, p.19), e aquelas “múltiplas formas particulares dessa transformação constituem o que se chama produção” (PINTO, 2005, p. 414). Mesmo que estas formas particulares e mais desenvolvidas de produção carreguem inumeráveis relações e mediações, como em fases em que produção é bastante sofisticada, “o trabalho que

o homem, por necessidade, exerce sobre o mundo exterior não pode ser praticado de modo isolado, individual, agindo cada trabalhador independentemente dos demais”, e pelo contrário, “a condição para que seja realizado com êxito, se encontra na associação dos indivíduos para cumprir em operação conjunta a tarefa que devem levar a cabo para sustentar a vida”, e deste modo, “o trabalho, para ser possível, impõe o surgimento de vínculos entre os homens”, pois a “produção dos bens, que é a sua finalidade, assume obrigatoriamente caráter social”, sendo “conduzidos a tecer um sistema de relação entre si [...], as relações sociais” (PINTO, 1962, p. 10). Estas relações produtivas entre os homens sedimentam historicamente o conhecimento, as técnicas e a “melhor apropriação dos fatores naturais em seu proveito”, fornecendo aos indivíduos a consciência que guiará suas ações sobre o mundo, e portanto a “realidade não depende da sua vontade, mas foi forjada ao longo do processo expansivo da capacidade produtiva comum da espécie humana” (PINTO, 1962, p. 10-11).

O desenvolvimento “*hominídeo*” do ser socialmente constituído pode ser entendido, segundo Vieira Pinto, em dois momentos separados pelo salto qualitativo na história da formação do homem, e ressaltamos, mesmo que os limites deste desenvolvimento sejam muito dificilmente determináveis, o salto representa a cisão entre a história natural e a social, deste modo, no primeiro momento

[...] operam-se as modificações orgânicas concomitantes a este desenvolvimento hominídeo, principalmente a libertação dos membros poníveis para se exercitarem a executar finura das coordenações musculares que permitirão o trabalho manual, fonte de todo o processo de pesquisa das propriedades e leis das coisas, e a especialização dos órgãos da fonação, propiciando o surgimento da linguagem articulada (PINTO, 1979, p.27).

Desta forma, como um processo entre diferentes fenômenos, as primeiras condições que possibilitaram a ação deste animal superior localizam-se nas capacidades de executar o “trabalho manual, fonte de todo processo de pesquisa das propriedades e leis das coisas” como forma de ação do homem sobre o mundo, e ainda, as modificações corpóreas de execução não-mecânica nos órgãos de fonação e no cérebro, fundamentando as mais primitivas formas de socialização através do surgimento da linguagem. No segundo momento,

Todo esse conjunto de transformações orgânicas e psíquicas mostra que o animal humano está se preparando para passar ao estado reflexivo, por efeito da complexidade crescente da organização do córtex cerebral. Esta

mudança de condição e as consequências que acarreta no processo de hominização, ao entrar em uma etapa qualitativa inédita, são causadas pela nova forma em que se estabelecem as relações entre o homem e o mundo (PINTO, 1979, p.27).

A passagem ao estado reflexivo, referenciado anteriormente neste trabalho, refere-se às condições de desenvolvimento da consciência humana, porém, como estamos tratando agora de outra fase de exposição da constituição do trabalho na existência humana, correspondentes a esta nova forma de mediação entre o homem e o mundo, em caráter social, ocorre que “a consciência aparece [...] nos primórdios biológica e cronologicamente imprecisos, do processo de hominização”, quando o “animal humano começa a *trabalhar* sobre a natureza” em ato de “conjugação social de esforços”, e deste modo, o desenvolvimento da consciência passou pelo “estado de simples reflexos incondicionados, que só aos poucos se vão complicando e transformando em reflexos condicionados” (PINTO, 1979, p.22), de reflexos determinados pelos instintos animais para aqueles condicionados pela vontade humana de acordo com a finalidade de seus projetos a serem realizados. É por ter sido capaz de desenvolver capacidades cerebrais e motoras que o ser humano pôde “elaborar projetos e de realizar os objetos ou as ações que os concretizam”, e com isso “sempre agiu no sentido uniforme de solucionar a contradição existencial com a natureza”, e o enfrentamento destas restrições, se “visto na perspectiva da realidade social, isto significa tornar-se produtor, o sujeito da atividade econômica, no mais lato sentido da palavra” (PINTO, 2005, p. 63). Os dois aspectos citados anteriormente que possibilitam a etapa qualitativa inédita, da capacidade de projetar e do âmbito social, estão fundamentados na práxis social humana na resolução de necessidades, observamos assim que “a análise filosófica da capacidade humana da criação, na práxis em geral e particularmente na práxis fabricadora, tem sempre de partir do conceito e do fato do projeto”, da complementaridade entre as capacidades teóricas e práticas, do ato objetivo imaterial de planejar até a realização prática sobre o mundo físico, em complexo que só pode ser “entendido nos fundamentos biológicos e, consecutivamente, no exercício social” (PINTO, 2005, p. 57). Se por um lado as adaptações corpóreas e a capacidade cognitiva humana foram engendradas pela natureza no animal superior, por outro, a conduta humana que se funda materialmente sob base biológica estável, para encontrar na existência coletiva a base para a continuidade do progressivo desenvolvimento da consciência socialmente constituída pela “transferência do saber adquirido a todos os membros

da sociedade”, primeiramente através da linguagem surgida já nas primeiras necessidades coletivas e posteriormente nas diversas formas de expressão cultural (PINTO, 1979, p.80).

Na evolução humana do tornar-se homem pelo processo de desenvolvimento *hominídeo*, a “aurora da espécie, começou por dotá-lo de mão capaz de agarrar instrumentos de ação ou de perfil ereto” e tomou um caminho inédito, pois “prosseguiu depois pelo segmento cultural da formação hominídea e nunca mais deixará de prosseguir nesse nível”, e mesmo com as transformações progressivas dos modos de produção, “a significação do trabalho conserva-se sempre a mesma e consiste na resolução de uma contradição vital, mas o modo graças ao qual se realiza varia com a espantosa escala de sucessão e aperfeiçoamento das técnicas por nós conhecidas” (PINTO, 2005, p. 423-424). Vemos ainda que se o homem primitivo resolvia sua contradição com a natureza “pelo emprego de um instrumento de sílex” ou qualquer outro objeto cortante modificado para atender uma necessidade ordinária, e “se hoje resolvemos a mesma contradição com auxílio de dispositivos cibernéticos e entregamos a direção de nossa produção a máquinas computadoradas, nada mudou essencialmente quanto ao fato de haver em todos esses casos trabalho humano” (PINTO, 2005, p. 423-424), a diferença entre estes momentos relativamente tão distantes dentro da história humana consiste no fato de “o homem ter evoluído no processo cultural, passando da etapa na qual sua máxima criação intelectual resumia-se no machado de pedra” para ingressar em um momento histórico onde o homem “viaja ao espaço cósmico, sintetiza alimentos e entrega a maquinismos controladores a direção dos engenhos produtivos”, e com isso, a presença de uma continuidade representa condição existencial humana que perpassa todas as formas produtivas desenroladas ao longo da história humana, seja na atividade mais primitiva ou na mais sofisticada, “em qualquer dos casos a essência humana está representada pela exigência de trabalhar” (PINTO, 2005, p. 423-424).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas considerações finais neste trabalho tomam um caminho no qual devemos tratar sobre a comparação no pensamento de Lukács e Vieira Pinto, seus desdobramentos e portanto, similaridades e disparidades, e o fazemos enquanto buscamos demonstrar como uma compreensão ontológica da essência e dos elementos presentes no processo de trabalho pode influir na construção de uma concepção concreta sobre a origem e a história do ser humano.

Certamente são inúmeras as conclusões possíveis a partir de um estudo comparativo entre autores de profundidade teórica como Lukács e Vieira Pinto, e ainda sobre um tema tão significativo para a estruturação de teorias que buscam explicar as condições de vida do ser humano, como pelo trabalho entendido em seus processos e essencialidade. Se o trabalho é uma relação, deriva em sua forma das propriedades deste fenômeno e dos entes envolvidos, portanto da mediação em si e seu contato com o ser humano de um lado e a natureza de outro. Como nosso intuito foi compreender, conforme os autores, a essência e os elementos presentes no processo de trabalho, primeiro devemos entender como à *essência* está atribuída a lógica de continuidade de determinado ser, aquilo que se mantém como estruturante durante transformações efêmeras, a essência compõe assim um sustentáculo de onde as *formas* de produção históricas se desenvolvem sobre e retroagem sobre por conta da relação com as formas precedentes, e em segundo, devemos compreender também os elementos que devem estar presentes para a realização do processo de trabalho. Se a essência do trabalho corresponde às transformações não espontâneas na natureza, segundo Vieira Pinto (2005), ou que essa essência apresente um necessário caráter de autoatividade, segundo Lukács (2013), trata-se sempre da essência de fenômenos que buscam a reprodução material da vida, e com isso voltamos a investigar os fenômenos e entes originários no trabalho, para reconhecer nos elementos do processo de trabalho as categorias que façam *necessariamente* parte de sua existência histórica na realização do trabalho.

Os elementos envolvidos no processo de trabalho encontrados nesta investigação são a) a materialidade do mundo concreto, de fenômenos tanto inorgânicos quanto da natureza biológica, em suma, o meio ambiente onde o homem pode existir, seja posto ou espontâneo, a b) base biológica sob a qual o ser

humano existe, suas propriedades e potencialidades, a c) consciência, como primeiro fator distintivo entre o homem e os demais seres, fundada pelo trabalho e que possibilita uma nova forma de atuar com o surgimento da razão, pela d) atividade humana objetiva sobre o mundo que lhe imprime um movimento distinto da realidade natural, e por fim, e) a sociabilidade como forma desenvolvida de existência gregária possibilitando esforços em conjunto que potencializam a força do ser humano frente a natureza. Os elementos do processo de trabalho não o determinam de forma unilateral, em conjunto eles são o próprio processo de trabalho em complementaridade, ainda que cada um tenha seus momentos predominantes e possam retroagir sobre o trabalho de maneira distinta. A materialidade do mundo físico define como o processo de trabalho deve ser executado, porém, depois de realizado, o trabalho resulta em um ente material que não antes existia espontaneamente, como um ente posto de forma inédita, ocorre também com a base biológica, por mais que esta seja estável na idade moderna, o perfil ereto e os membros coordenados deram ao homem condições mais favoráveis de existência por conta da realização do trabalho, que em primeiro momento intentava somente a reprodução vital. A consciência possibilitou o trabalho por conta da faculdade de figurar o mundo e apreender seu funcionamento, para que então, pudesse entender como reproduzir a sua existência. A possibilidade de modificação da natureza se torna realidade somente pelo caráter objetivo da atuação humana sobre a realidade, pelo trabalho, transformando-a sempre de forma mais adequada. O homem é um ser socialmente constituído, não há possibilidade de que o seja diferente, e portanto o trabalho, uma relação entre homem e natureza, é relação entre sociedade e natureza, uma forma de ser do homem social que desenvolve o trabalho conforme desenvolve suas capacidades essencialmente humanas. Sem que o ser humano de fato exista, não pode se relacionar com a matéria, portanto este é nosso pressuposto inicial, com isso o ser humano socialmente constituído só pode *ser* por estar presente na matéria, e como ser vivo faz parte do reino animal. A base biológica na qual o ser humano sobre-existe foi engendrada pela natureza espontânea, mas passou a ser base de uma existência distinta de esfera biológica com o salto de qualidade da desta esfera para a social, dando origem a um ser que se autodetermina, utiliza a natureza para si, em seu favor, mesmo que sua realidade fisiológica faça parte da esfera orgânica e que a materialidade do mundo físico ponha limites para sua atuação.

Nossa investigação sobre a essência do trabalho em Lukács e Vieira Pinto nos revelou uma necessária forma de exposição da constituição do fenômeno *trabalho* que, inclusive dando forma ao presente texto, expressa um entrelaçamento necessário de elementos que sustentam outros, de forma material ou potencial. Nossa estrutura expositiva buscou expressar diferentes definições de trabalho, iniciando da menos concreta até a mais concreta, da mais abstrata a menos, para que os elementos originários do trabalho pudessem ser expostos formalmente sem que se percam no processo as determinações essenciais do trabalho, e deste modo construir, ao nível do conteúdo, uma interpretação que correspondesse ao pensamento dos autores sobre o tema, partindo do trabalho mais primitivo até o trabalho nas formas mais desenvolvidas socialmente.

Podemos observar que Lukács e Vieira Pinto concordam sobre o trabalho ser uma relação entre homem e natureza e sobre qual base material ele se fundamenta, admitem o trabalho como “mediação pela qual o homem resolve a contradição fundamental da sua existência” (PINTO, 1979, p.325), pois “entre a necessidade e a satisfação imediata” está “introduzido o trabalho como mediação” (LUKÁCS, 2013, p. 78). De fato o trabalho realizado pelo homem ocorre sobre duas esferas do ser, se “na natureza inorgânica não existe em geral nenhuma atividade” (LUKÁCS, 2013, p. 93), isso ocorre porque faz parte da “matéria inerte, que apenas é do mundo, pertence a ele” (PINTO, 1979, p.23). A segunda esfera é a orgânica, onde a reprodução biológica “é o processo de sujeição da matéria inerte pela vida”, pois “todo ser vivo em alguma medida domina o meio em que se encontra” (PINTO, 1979, p.23), a reprodução das plantas por exemplo, “se realiza na base do metabolismo com a natureza orgânica” (LUKÁCS, 2013, p. 42), contudo, o tipo de reprodução biológica na qual os animais também se incluem é “passiva nas espécies vivas incapazes de modificar o mundo, para torná-lo favorável a si, mas obrigadas a se modificar a si mesmas para se tornarem favoráveis ao mundo” (PINTO, 2005, p. 56). No homem, inverte-se essa relação, “o surgimento do homem deve-se a um salto qualitativo no curso da evolução biológica” (PINTO, 2005, p. 75), com isso “a adaptação do homem que trabalha não é interiormente estável e estática, como acontece nos demais seres vivos”, no homem a adaptação “se desdobra como “adaptação” a circunstâncias, não criadas pela natureza, porém escolhidas, criadas autonomamente” (LUKÁCS, 2013, p. 80), e este fenômeno que decorre da “aquisição da capacidade de construir um mundo para si” de acordo com as

necessidades humanas, é “a essência do processo de hominização” (PINTO, 1979, p.325), uma “transformação do sujeito que trabalha – autêntico devir homem do homem –” (LUKÁCS, 2013, p. 79). No que se refere aos elementos materiais do trabalho, como a matéria inerte, o mundo orgânico e a base biológica animal, Vieira Pinto e Lukács concordam de forma bastante direta, inclusive, tendo na ponta dessa reflexão, o *devir homem do homem* em uma profunda correlação com o *processo de hominização* ao referirem-se sobre o desenvolvimento progressivo das capacidades humanas surgidas no salto qualitativo, conceitos de Lukács e Vieira Pinto respectivamente.

A contradição do homem com a natureza reside em uma autonomia relativa, pois ele sobrepõe-se a ela, a utiliza em seu favor, e ao mesmo tempo, a natureza é necessariamente seu ambiente e a fonte de provisões para sua subsistência. A forma de resolução desta contradição, exatamente a propriedade distintiva do ser humano, é a práxis produtiva. O homem se diferencia dos animais, podemos dizer primeiramente, através da consciência, da capacidade de figurar o mundo através do trabalho, assim “a consciência aparece [...] nos primórdios biológica e cronologicamente imprecisos, do processo de hominização”, quando o “animal humano começa a *trabalhar* sobre a natureza”, (PINTO, 1979, p.22), em um “primeiro impulso para o trabalho”, no qual “se evidencia a sua constituição marcadamente cognitiva”, como “vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico” (LUKÁCS, 2013, p. 78). Contudo, de nenhum modo a tomada de consciência da realidade pode sozinha produzir a materialidade necessária para a subsistência humana, mesmo que seja “o trabalho manual, fonte de todo o processo de pesquisa das propriedades e leis das coisas” (PINTO, 1979, p.27). Portanto “o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos [...] se quer obter o melhor resultado concreto possível” (LUKÁCS, 2013, p. 129), deste modo “o pôr do fim e a investigação dos meios nada podem produzir de novo enquanto a realidade natural permanecer o que é em si mesma” (LUKÁCS, 2013, p. 54). Ao trabalhar, o homem “altera a realidade” e ao agir, pode “criar a consciência do estado do real sobre o qual incide a sua operação modificadora” (PINTO, 1960, p. 60), investiga os meios durante o processo de trabalho, e “mediante a observação e a experiência [...] devem ser reconhecidas certas propriedades da pedra que a tornam adequada ou inadequada para a atividade pretendida” (LUKÁCS, 2013, p. 71), é por esse motivo que “a prática só se

constitui em critério de verdade em vista da formulação prévia de finalidades” (PINTO, 1979, p.215), nenhuma prática é certa ou errada sem que sejam postas expectativas, e por isso “qualquer decisão [...] pode exclusivamente ser avaliada a partir do fim, de sua realização” (LUKÁCS, 2013, p. 99).

Aquele plano do homem que trabalha é o pôr do fim, a posição mental de finalidades de acordo com a consciência que o homem tem da realidade natural associada a escolha dos meios para o trabalho, já a realização, é um *pôr teleológico*, uma imposição material à realidade de acordo com finalidade intentada, que enfrenta as cadeias causais, as leis próprias da realidade, para que venha a se objetivar no mundo, isto é, “põe em movimento o processo da realização material através do trabalho”, portanto “de um reflexo da realidade à consciência e orientado para a realização” (LUKÁCS, 2013, p. 75). Este mesmo fenômeno objetivo, da realização material, é tratado por Vieira Pinto no conceito de *projeto*, que carrega simultaneamente o caráter cognitivo e o prático material, isto é, “o conceito autêntico do “projeto” é o de caráter objetivo”, pois “o homem deseja realmente dar a si um novo modo de ser, mas percebe ser ilusório fazê-lo em pensamento” (PINTO, 1979, p.325), desta forma “o projeto significa o relacionamento da ação a uma finalidade, em vista da qual são preparados e dispostos os meios necessários e convenientes” (PINTO, 2005, p. 59), para que seja executado “com adequação na trama de conexões causais entre os fenômenos” (PINTO, 2005, p. 63). Portanto, em última análise, a práxis humana, consciente e objetiva, consiste em que “tôda realização concreta implica unidade de pensamento e ação” (PINTO, 1960, p.218), uma complementariedade, pois “tem-se um objeto, um processo etc. unitariamente homogêneo” que só pode ter seus momentos separados em termos expositivos, isto é, “ao mesmo tempo que se realiza um entrelaçamento posto de causalidade e teleologia”, um processo *posto* – não espontâneo – entre a *causalidade* tomada na mente e a *teleologia* do movimento dado pelo homem à matéria, viva ou inerte.

Com base na nossa investigação presente, a qual consideramos no âmbito da *Ontologia do Trabalho*, em que a ação humana sobre a natureza é uma forma essencial de *ser* dos homens, pois se produzem conscientemente ao atuar sobre a realidade, com isso, “com sua autorrealização”, o animal humano “ingressa num novo ser, autofundado: o ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 59), contanto, “só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho”

(LUKÁCS, 2013, p. 52), através da “conjugação social de esforços” (PINTO, 1979, p.22), que ainda possibilitam que as ideias formadas pela experiência possam ser generalizadas tanto para outras realizações materiais quanto para outros indivíduos, através da linguagem que “se desenvolverá de modo ininterrupto simultaneamente com o desenvolvimento do trabalho, divisão do trabalho e cooperação, [...] para que os novos objetos e as novas relações que forem surgindo possam ser comunicados” (LUKÁCS, 2013, p. 160), como um complexo necessário de compartilhamento de experiências, pois a base biológica do homem somente carrega a *possibilidade* de que se desenvolvam os indivíduos sociais, assim a interação social e o aprendizado fazem parte desse processo, e por isso é necessária a “transferência do saber adquirido a todos os membros da sociedade” (PINTO, 1979, p.80), porque deste modo aquele saber fica “fixado como patrimônio comum de uma sociedade” (LUKÁCS, 2013, p. 128). A ser socialmente constituído pôde, através do conhecimento e experiências que tem da realidade, ao longo de sua história ir construindo sua própria realidade, da vida do homem primitivo à do homem moderno, “a significação do trabalho conserva-se sempre a mesma e consiste na resolução de uma contradição vital” (PINTO, 2005, p. 423-424), seja nas formas sociais mais ou menos desenvolvidas em organização e técnicas, “em qualquer dos casos a essência humana está representada pela exigência de trabalhar” (PINTO, 2005, p. 424). Com isso, “a essência do trabalho consiste no fato de que [...] ele nasce em meio à luta pela existência e [...] todos os seus estágios são produto de sua autoatividade” (LUKÁCS, 2013, p. 43), portanto sua realidade social “tem caráter acumulativo e autogerador” (PINTO, 1979, p.326).

É portanto dessa maneira que todas as formas sociais de produção são estruturados por aquela *essência*, e portanto todas as regras e determinações da organização social podem ser escolhidas pelo coletivo, como possibilidade real dada pela condição de seres trabalhadores. Por consequência, qualquer concepção sobre o trabalho que não o coloque no centro da práxis humana na produção de sua existência, podem e devem ser revistas através da crítica ontológica. Se a *essência* do trabalho se apresenta nestes elementos observados por nós, nas obras de Lukács e Vieira Pinto, através dos elementos necessários no processo de trabalho, pois são a base para a realização deste processo e portanto das formas de produção, nós encontramos o que há de mais essencial na relação entre a sociedade e a natureza, o caráter de *autodeterminação* da sociedade, a

possibilidade de fazer o mundo *ser para si* de acordo com o projeto que tem para seu futuro, pois o ser humano se produz através do trabalho, dando *liberdade* aos seus anseios e intenções de mundo.

As disparidades encontradas entre o pensamento dos dois autores em nossa pesquisa apresentam-se de forma relativa. Apesar da diferenciação dos termos utilizados pelos autores para representar diversas categorias, e não podemos esperar que o fizessem de forma parecida, ainda assim, encontramos similaridades tanto nos termos utilizados quanto em conceitos nomeados de forma distinta. Limitamo-nos a demonstrar alguns exemplos diretos. Podem ser observadas semelhanças em termos idênticos entre os autores para retratar um mesmo conceito, como “*alternativa*”, “*escolha*”, “*possibilidade*”, “*salto qualitativo*”, “*ser social*” e “*consciência*”, e ainda termos distintos para mesmos conceitos, como “*pôr do fim*” e “*projeto mental*”, “*pôr teleológico*” e “*realização projetada*”, “*reprodução social*” e “*produção social*”, “*autodeterminação e autogerar*”.

Consideramos os escritos de Lukács na grande Ontologia como um tratado filosófico criteriosamente construído sobre a origem e o desenvolvimento do ser social, com a intenção de resolver o problema histórico da falta de compreensão sobre a ontologia do ser, ainda que a obra tenha sido deixada pelo autor em forma de manuscritos inacabados. Sem que façamos um juízo de valor sobre o trabalho de Lukács e Vieira Pinto, compreendemos que em Vieira Pinto são diversas as categorias expostas sem o tratamento que Lukács julgou necessário na discussão sobre o ser social. Acreditamos que, de forma intencional, Vieira Pinto tenha tensionado sua inclinação para a educação popular mesmo nos trabalhos em que tratava de discussões sistematicamente complexas, traços observados por nós pelo perceptível esforço em expor em diversas perspectivas diferentes um mesmo fenômeno ao longo de cada obra. Veja-se, por exemplo, o caráter da obra “Porque os ricos não fazem greve?” de 1962, um texto conciso com carga conceitual muito profunda e direcionada para interpretar fenômenos reais da vida cotidiana. Como julgamos não ter esgotado as interpretações possíveis das obras dos autores estudados neste trabalho, e nem termos o poder de indicar as limitações de tais obras ou sequer sua qualidade comparada, acreditamos contudo, que a erudição das obras de Lukács analisadas aqui não lhe tiram o potencial de influência sobre a consciência de classe, e de forma análoga, a tentativa de construir maior

acessibilidade popular das obras de Vieira Pinto através do método expositivo escolhido não lhe retira de nenhum modo o rigor e a profundidade filosófica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHILDE, Vere Gordon; DUTRA, Waltensir. **O que aconteceu na história.** 3 ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1973. 292 p. (Biblioteca de cultura histórica).

CHILDE, Vere Gordon. **A evolução cultural do Homem.** 3 ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1975. 229 p. (Biblioteca de cultura histórica).

KOSIK, Karel; TORÍBIO, Alderico. **Dialética do concreto.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 230 p.

LUKÁCS, Gyorgy. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social.** Vol. 2. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social.** Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; tradução Rubens Enderle. – 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e Existência:** Problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____, Álvaro. **O Conceito de Tecnologia.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. vol. 1.

_____, Álvaro. **Porque os ricos não fazem greve?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A, 1962.

_____, Álvaro. **Consciência e Realidade Nacional:** A Consciência Ingênuas. Vol. 1. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros. 1960.